

Coluna do Castello

Fator que não pode mais ser invocado

Os constituintes mar- cham claramente para um acordo a fim de viabilizar a votação de uma nova Constituição. Esse acordo, que se impõe mesmo na avaliação dos vitoriosos na batalha de anteontem, não exclui todavia uma realidade, a de que foi suplantado o predomínio da esquerda na elaboração da nova Carta e reconstituído o poder majoritário do centro conservador no âmbito da assembleia. A partir daí, o efeito público e político imediato é o desarmamento das apreensões dos empresários e dos conservadores que temiam uma Constituição socializante, hostil à iniciativa privada e ao capital estrangeiro e disposta a amparar reivindicações dos trabalhadores consideradas inassimiláveis pelo chamado moderno capitalismo, que seria hoje a tônica dominante não só no mundo ocidental mas no próprio universo comunista.

As apreensões registradas ao longo deste ano quanto aos efeitos do domínio eventual da esquerda nas comissões que elaboraram o projeto constitucional, sobretudo na Comissão de Sistematização, perdem seu sentido e já não é possível alegar daqui por diante, como fator de inquietação, a imprevisibilidade das diretrizes constitucionais como bloqueadora dos investimentos internos e externos e as dificuldades para acordos internacionais em torno da dívida externa e de outros itens que estão no contencioso.

Outro efeito possível dessa virada na Constituinte, com a afirmação de uma maioria evidente embora não coordenada nem liderada por uma linha de políticos competentes e dotados de ressonância nos meios decisórios nacionais, é que, a partir da prevalência do Centrão, o presidente José Sarney, que não o comanda, poderá sentir-se liberado da tutela do PMDB na constituição do seu governo e em especial do sr. Ulysses Guimarães. Sua convivência com o presidente da Constituinte e do principal partido nacional não passa por um momento de dificuldades, havendo no PMDB quem preveja o fim da hegemonia do seu presidente precisamente pela compatibilização estratégica do comando do partido com o presidente da República. O ex-ministro Fernando Lyra, por exemplo, acredita que o sr. Ulysses Guimarães conta com o apoio do presidente José Sarney para sua candidatura à sucessão.



Não está previsto que o chefe do governo se beneficiará com uma votação que lhe devolva os cinco anos de mandato, reduzidos a quatro pela Comissão de Sistematização. O tema não está incluído no contexto temático do Centrão, que não fez opção pelo presidencialismo ou pelo parlamentarismo nem assumiu compromissos com as correntes que dividem internamente a Constituinte sem que a discórdia decorra de divergências ideológicas. O Centrão é ideológico e, dentro da terminologia universalmente aceita, é uma aglutinação de direita, embora sem outro ponto de condensação que não seja o horror às reivindicações sindicais e nacionalistas.

O que está condenado, com o estabelecimento da verdade da composição de forças na Constituinte, é a proibição da demissão imotivada, a imprescritibilidade das ações trabalhistas, o pagamento em dobro das horas extras, os quatro meses de licença da gestante, a exclusão das empresas estrangeiras do comércio de derivados de petróleo, a definição de empresa nacional, a exclusão do seqüestro da lista de crimes insuscetíveis de anistia, a proibição da pesquisa e lavra de minérios a estrangeiros e outros itens facilmente identificáveis. É possível que no bolo se infiltrem o presidencialismo, o mandato (o que não é provável) e a nova redação do preâmbulo, essa uma simples exigência de bom gosto e da elegância do texto.

A vertente na qual se armava a Constituinte mudou. Os conservadores, os empresários, os políticos liberais temerosos de mudanças sociais, que representam a maioria do eleitorado segundo as regras estabelecidas no direito eleitoral brasileiro, darão a tônica dos acordos que se seguirem daqui por diante sob a mesma vigilância do sr. Ulysses Guimarães. A esquerda, se quer amenizar sua derrota e assegurar uma margem de reivindicações sociais e nacionalistas, deverá negociar a partir da realidade que se afirmou na quinta-feira. Se puder jogar tudo o que é polêmico para a lei ordinária, tanto melhor, pois aí ficará um aceno à ponderável corrente de opinião que não conseguiu se fazer representar majoritariamente nesta Constituinte.

Jânio adere a Brasília

O prefeito de São Paulo, sr. Jânio Quadros, passou o seguinte telex ao sr. José Aparecido, governador de Brasília:

"A preservação de Brasília, monumento nacional, pelo qual tanto V. Ex^a tem lutado, está iminente, consagrando o plano piloto de Lúcio Costa e a arquitetura impercível do grande Oscar Niemeyer. Lutar contra a desafegação desse patrimônio, com a especulação imobiliária, é dever de todos nós, os brasileiros.

Sei que as providências de V. Ex^a logram a inspiração da Unesco. O povo paulista, que vive na maior metrópole do país, saúda os esforços do governador, a serem coroados de êxito. Sobretudo com o apoio das expressões maiores de nossa inteligência.

Receba o prezado governador, com nossos aplausos, a adesão incondicional e solidária pela nobre iniciativa, que marcará a consagração de uma cidade jovem, possivelmente a única que, não sendo centenária, receberá no mundo essa altíssima distinção".

Carlos Castello Branco